



EIXO TEMÁTICO:

Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

MAPPING DIGITAL PRESERVATION POLICIES

Júlio César Silveira Tauil¹
Eduarda Adiemla Ferreira²
Carlos Eduardo da Silva Carvalho³
Francisco Carlos Paletta⁴

Resumo: A obsolescência tecnológica digital consiste em um complexo problema contemporâneo. Nesse viés, o estudo em questão, buscou mapear as publicações nacionais e internacionais acerca das políticas de preservação digital. Na elaboração do levantamento, esta pesquisa de cunho exploratório, bibliográfico e bibliométrico, trabalhou com quatro importantes bases de dados: a *Web of Science*, a Base de Dados em Ciência da Informação, a Scopus, e a *Library, Information Science and Technology Abstracts*. A partir da coleta dos dados envolvendo ano de publicação, incidência de autores abordando o tema proposto, índices quantitativos de publicações por universidades e/ou países, relações de palavras-chave com o termo políticas de preservação digital, foi possível traçar um robusto panorama a respeito do movimento acadêmico brasileiro e internacional, no âmbito geral, e na área da Ciência da Informação. Por meio do presente levantamento, percebe-se um crescimento considerável das publicações envolvendo políticas de preservação digital, principalmente nesta década vigente. Também é possível constatar que os enfoques tratados são bem distintos. Este estudo visa contribuir para a ampliação da temática abordada, fomentando, e ajudando a impulsionar novas pesquisas que tratem deste escopo.

Palavras-chave: Políticas de preservação digital. Preservação digital em longo prazo. Obsolescência digital. Mapeamento bibliométrico.

Abstract: Digital technological obsolescence is a complex contemporary problem. In this sense, the study in question sought to map national and international publications about digital

¹ Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). E-mail: jtauil86@gmail.com

² Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). E-mail: eduarda.adiemla@uel.br

³ Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). E-mail: eduardo.carvalho98@uel.br

⁴ Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Carlos III de Madrid. Docente da Universidade de São Paulo (USP). Docente do PPGCI/UEL. E-mail: fcpaletta@usp.br

preservation policies. In preparing the survey, this exploratory, bibliographic and bibliometric research worked with four important databases: the Web of Science, the Information Science Database, Scopus, and the Library, Information Science and Technology Abstracts. From the collection of data involving year of publication, incidence of authors addressing the proposed topic, quantitative indexes of publications by universities and/or countries, relationships of keywords with the term digital preservation policies, it was possible to draw a robust overview of I respect the Brazilian and international academic movement, in general, and in the area of Information Science. Through this survey, a considerable growth in publications involving digital preservation policies can be seen, especially in this current decade. It is also possible to see that the approaches covered are very different. This study aims to contribute to the expansion of the topic covered, encouraging and helping to drive new research that addresses this scope.

Keywords: Digital preservation policies. Long-term digital preservation. Digital obsolescence. Bibliometric mapping.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época cuja quantidade gigantesca de dados produzidos contém um fluxo incessante e crescente (Santos-d'Amorim; Cruz; Silva; Correia, 2020), porém, isso remete a uma questão de crucial importância, pois as tecnologias de armazenamento mudam constantemente, gerando um dinâmico processo de obsolescência digital (Sayão; Sales, 2012). Nessa direção, as diversas áreas do conhecimento científico buscam indagar e encontrar formas, ações, e estratégias, que solucionem de forma mais eficiente, a questão da preservação por um longo prazo de tempo de um determinado objeto digital. Diante desta perspectiva, as políticas de preservação digital são fundamentais nesse complexo tabuleiro tecnológico movimentado por peças digitais (Santos; Flores, 2015).

Os artigos científicos elaborados com o intuito de discutir questões relacionadas a estas políticas, principalmente na área de Ciência da Informação (CI), traz para as discussões acadêmicas, os desafios desta custódia, e as soluções viáveis de se desenvolver boas práticas, aplicadas pelas unidades de informação, de padronização destas políticas, o qual entre outros aspectos, impacta diretamente nas discussões envolvendo a capacidade de adaptação dos sistemas de organização do conhecimento, em especial no campo de Organização e Representação do Conhecimento. Conforme salientado por Santos e Flores (2018, p. 40):

[...] os estudos sobre preservação digital são fundamentais para garantir a longevidade do patrimônio registrado em dígitos binários. As estratégias de preservação digital e os sistemas informatizados se

implementados de forma isolada não fornecerão garantias de acesso em longo prazo.

Conforme evidenciado por Souza e Aganette (2020), existe uma reduzida exploração do termo Plano de Preservação Digital, assim como dos conteúdos interligados ao referente termo na literatura científica, anteriormente Tauil (2018), apontou para um número relativamente baixo de publicação de artigos acadêmicos envolvendo metadados de preservação digital em *Cloud Services*. A preservação digital em longo prazo é uma atividade relativamente recente que exige investimento de recursos financeiros e apoio institucional (Souza; Aganette, 2020), ou seja, a formulação de políticas, estratégias e planos de preservação digital, tende a ganhar um protagonismo cada vez maior por parte das instituições, das unidades de informação, pelo poder público, e consequentemente o número de produções científicas tendem a aumentar. Um exemplo significativo desta questão aqui no Brasil, e mais especificamente na área da CI, foi o surgimento em 2020 da Revista Brasileira de Preservação Digital⁵ (RBPD), uma revista de alto nível acadêmico, cujo foco gira em torno da preservação dos conteúdos digitais por meio de um amplo leque de perspectivas.

Com intuito de captar esse movimento de aumento das produções envolvendo a preservação digital, de forma ampla e dentro da CI, este estudo buscou recuperar pesquisas acadêmicas em torno de temáticas que se relacionam com políticas de preservação digital. Foram utilizadas duas bases de dados do escopo da CI, uma de abrangência nacional, a Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), e a outra de cunho internacional, a *Library, Information Science and Technology Abstracts* (Lista). Também foram recuperados documentos de outras duas bases de dados internacionais de caráter amplo, isto é, os resultados obtidos não se restringiram apenas aos artigos publicados na seara da CI. Nesse viés, foram selecionadas a *Web of Science* (WoS), e a Scopus. Estas quatro bases de dados foram escolhidas em decorrência da relevância reconhecida por parte considerável da comunidade científica nacional e internacional. O cenário de artigos recuperados nestas bases de dados, transmite um consistente panorama no contexto de validação dos resultados, e consequentemente da afirmação endossada acerca do baixo índice de publicação

⁵ Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/about>. Acesso em: 10 jun. 2024.

acerca políticas de preservação digital.

O presente levantamento buscou mapear, o ano de publicação, os autores, os títulos dos artigos, as revistas, as universidades relacionadas com a publicação, o ano da publicação, e as palavras-chave empregadas nos resumos dos textos. Este mapeamento bibliográfico em questão, visou apresentar uma análise envolvendo as publicações de políticas de preservação digital, no intuito de ampliar o panorama em torno da temática estudada, e posteriormente contribuir com futuras pesquisas na CI que intencionam abordar aspectos da preservação digital. Assim, considerando a proposta de pesquisa apresentada acima, a seguir apresenta-se o referencial teórico, que discute as políticas de preservação digital.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Márdero Arellano (2004, p. 15), “[...] a preservação é um dos grandes desafios do século XXI”. Uma das consequências que mais preocupam os profissionais da informação que trabalham ou estudam questões inerentes à preservação, gira em torno da perda coletiva da memória registrada ante a obsolescência tecnológica, “[...] memória que está sendo perdida a cada dia em virtude da obsolescência das tecnologias, da deterioração das mídias digitais e principalmente pela falta de políticas de preservação digital [...]” (Innarelli, 2011, p. 81).

As problemáticas envolvendo as políticas que norteiam as melhores práticas de preservação digital, precisam ser pesquisadas de forma ininterrupta, e de forma cada vez mais intensa na área da CI. Sayão (2007) argumenta que as novas tecnologias digitais trazem consigo um dilema para a humanidade, uma vez que estas oportunizam situações extraordinárias em todos os campos do conhecimento, em situações corriqueiras do cotidiano, no lazer, no trabalho, nas artes, e paralelamente também podem ser responsáveis por uma amnésia digital.

O principal propósito da preservação digital gira em torno de preservar o conteúdo intelectual do recurso digital, entretanto a compreensão do conteúdo é subdividida e complexa. Dentro de uma perspectiva analógica, os recursos perfazem todo o percurso de maneira monolítica, afinal a totalidade de características dos componentes que desenvolvem suas atribuições (presença física, *layout*, ilustrações,

conteúdo, formatos e suporte), são membros virtualmente indivisíveis (Sayão, 2007). Nesse sentido, a maior problemática no que diz respeito à preservação digital, está ancorada nos próprios objetos que se almeja preservar, dado que, ao contrário dos formatos analógicos, os recursos digitais são acessíveis por intermédio de componentes de exclusivas combinações *hardwares* e *softwares* (Thomaz; Soares, 2004).

A preservação digital está longe de abarcar uma série de atividades simples, são na realidade uma gama de atividades complexas, pois necessitam de equipe técnica especializada, abarcando um conjunto de conhecimento que além de ser atualizado de forma constante, se situa entre aspectos específicos e ao mesmo tempo interdisciplinares. Os repartidos componentes dos recursos digitais correm o risco de não serem identificados pelas atualizações inseridas nas funções que permeiam a preservação digital em longo prazo, ou seja, formatos e programas digitais podem se tornar obsoletos, e as aplicações de preservação podem não conseguir suportar ou ainda reconhecer as atribuições integradas nos componentes, conseqüentemente, a possibilidade de se perder o conteúdo de um recurso digital é consideravelmente grande quando comparadas com um recurso analógico.

A quantidade significativa de problemáticas no cerne da preservação digital produz a necessidade de desenvolver estratégias que consigam habilitar uma constante acessibilidade da informação digital em longo prazo, ancoradas por métodos e ações que visam garantir as resoluções das diversas questões interligadas aos aspectos de autenticidade e de identificação do conteúdo (Almeida; Nascimento, 2011). O principal objetivo que envolve a preservação dos objetos digitais consiste na manutenção do acesso, exigindo assim, intervenções periódicas no *hardware*, no *software* e no formato (Conarq, 2006).

Diante deste panorama, é pertinente afirmar que a preservação digital busca combinar políticas, estratégias e ações destinadas em assegurar que os recursos digitais continuem acessíveis e autênticos aos usuários e sistemas por um prolongado ciclo de tempo (Wittek; Darányi, 2012). A preservação digital em longo prazo pode ser caracterizada pela capacidade de garantir a acessibilidade, a compreensão e a usabilidade dos recursos digitais por um período extremamente alongado, atravessando gerações, independentemente do contexto das transformações tecnológicas ocorridas e das ininterruptas mudanças nas características das comunidades que usufruem dos recursos digitais. A manutenção do acesso às

informações preservadas, e a conjuntura completa da preservação, é complexa, fadada a erros e economicamente custosa (Rabinovici-Cohen *et al.*, 2013).

No intuito de desenvolver um trabalho adequado e de qualidade envolvendo todo tipo de recurso digital, são elaboradas constantemente normas de armazenamento e de compartilhamento, visando definir um padrão institucional que englobem as políticas de preservação (Márdero Arellano; Sodré, 2006). "A preservação da informação em formato digital precisa de um conjunto de práticas técnicas e de gerenciamento que mudam constantemente" (Márdero Arellano, 2008, p. 24), portanto ela é uma agregação contínua e de múltiplos níveis de ferramentas (Decman; Vintar, 2013).

A partir do exposto nesta seção e do objetivo proposto pelo presente trabalho, a seguir apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa proposta.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de pesquisa utilizada no presente trabalho é de natureza exploratória, de caráter qualitativa, na qual se utiliza o modelo de pesquisa exploratória, visto que "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos" (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 35). Além de se basear na extração de informações que desenvolve um estudo descritivo por meio de metodologia bibliográfica. Nesse sentido, foi aplicada uma pesquisa bibliográfica acerca dos principais materiais envolvendo preservação digital e as políticas de preservação digital empregados na CI. De acordo com Gil (2002, p. 44), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

Determinado domínio do conhecimento pode ser explorado e conhecido por diversos caminhos possíveis, alguns exemplos são as abordagens de análise de domínio expostas por Hjørland (2002) que tratam das possibilidades, por exemplo, de empreender estudos de usuários, documentais, históricos, epistemológicos ou bibliométricos. Nesse sentido, empreendendo uma observação métrica da produção relacionada à temática, entendemos importante no sentido proposto por Tennis (2003), compreender como se caracteriza e qual a extensão dos debates ligados e vinculados à Preservação Digital - dentro do campo, uma série de nuances e

especializações se desenvolvem, que devem ser objeto de estudo em momento posterior.

As quatro bases de dados escolhidas para desenvolver esta pesquisa de cunho bibliométrico, forneceram um interessante cenário acerca do número de publicações encontradas no escopo da CI. Conforme exibido na seção de análise de resultados, percebemos uma crescente considerável no volume de publicações relacionadas com políticas de preservação digital nesta presente década. Posteriormente serão desenvolvidas novas buscas nas mais variadas bases de dados, no intuito de encontrar mais publicações envolvendo todo o arcabouço da preservação digital.

Quadro 1 - Estratégias de busca e resultados encontrados

Estratégia de Busca	Bases de Dados	Resultados
“políticas de preservação digital” AND “ciência da informação”	BRAPCI	25
	Web of Science	0
	Scopus	12
	LISTA	3
“políticas de preservação digital” AND “documento digital”	BRAPCI	18
	Web of Science	0
	Scopus	0
	LISTA	1
“políticas de preservação digital” AND “curadoria digital”	BRAPCI	5
	Web of Science	0
	Scopus	2
	LISTA	0
“digital preservation policies” AND “information science”	BRAPCI	18
	Web of Science	32
	Scopus	54
	LISTA	3
“digital preservation policies” AND “information science” AND “digital document”	BRAPCI	3
	Web of Science	3
	Scopus	14
	LISTA	0
“Digital preservation policies” AND “information science AND “Digital curation”	BRAPCI	1
	Web of Science	26
	Scopus	13
	LISTA	0

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

As buscas foram realizadas com o objetivo de identificar o caráter da produção a respeito de Políticas de Preservação Digital, a fim de perceber seu montante quantitativo, seus padrões de desenvolvimento - ao longo do tempo, a vinculação dos pesquisadores envolvidos, ou as áreas de maior incidência de estudos sobre o tema, por exemplo. Assim, considerando os resultados do levantamento exposto pela tabela acima, apresenta-se os resultados a seguir.

4. RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Fundamentando-se no referencial teórico abordado neste estudo, bem como os procedimentos metodológicos propostos, os trabalhos pertinentes à temática foram selecionados e os dados foram processados de forma a serem apresentados em forma de gráfico, permitindo visualizar estas diversas dimensões da produção científica acerca das Políticas de Preservação Digital.

Primeiramente, é interessante observar a relação entre os resultados recuperados em cada base de dados. Duas delas são ligadas diretamente à CI (BRAPCI e LISTA), enquanto as outras duas recuperam resultados de diversas áreas do conhecimento (WOS e Scopus). No caso específico da base Scopus, foi necessário selecionar o filtro de “Estudos Sociais”, o que manteve um grande índice de recuperação de trabalhos, mantendo também a vinculação dos trabalhos com áreas do conhecimento afeitas aos problemas de preservação e manutenção da cultura e da informação em meios digitais. Outra questão interessante a se mencionar, é o fato de que a Brapci abrange artigos de periódicos, trabalhos de eventos e livros e capítulos de fontes brasileiras e latinoamericanas, possibilitando uma varredura bastante ampla da literatura nacional especializada em CI (Bufrem *et al.*, 2010). No Quadro 2, apresentamos o resultado quantitativo geral das buscas.

Quadro 2 - Quantitativo geral das buscas realizadas

Base de Dados	Resultados por base de dados
BRAPCI	54
Web of Science	52
Scopus	79
LISTA	8

Total de Resultados após retirada de repetições	165
---	-----

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

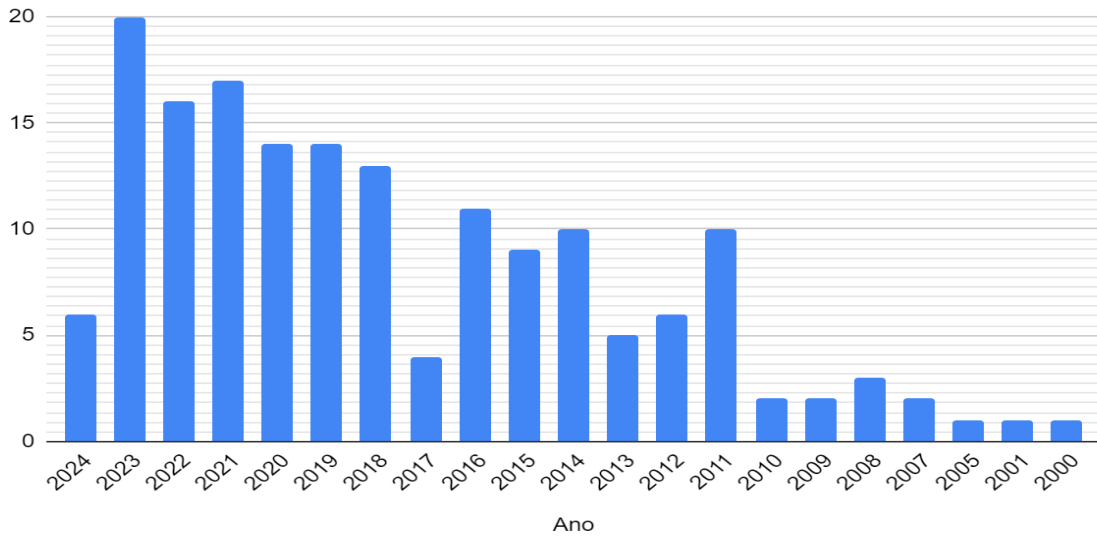
Frente a estes resultados preliminares, pode-se de início destacar a potência das pesquisas realizadas em língua portuguesa, notadamente brasileiras. Do total de 166 trabalhos recuperados, 54 foram obtidos por meio da busca realizada na Brapci, o que representa mais de um quarto da produção total, aparecendo como a segunda base com mais retornos de busca - questão bastante relevante, levando-se em conta sua forte vinculação à área da Ciência da Informação (Gráfico 1). Nesse sentido, é importante frisar que trabalhos em língua portuguesa demarcam um importante protagonismo na literatura dedicada ao tema, com pesquisadores e pesquisadoras do Brasil constituindo importantes autores na área.

Gráfico 1 - Proporção da recuperação de resultados



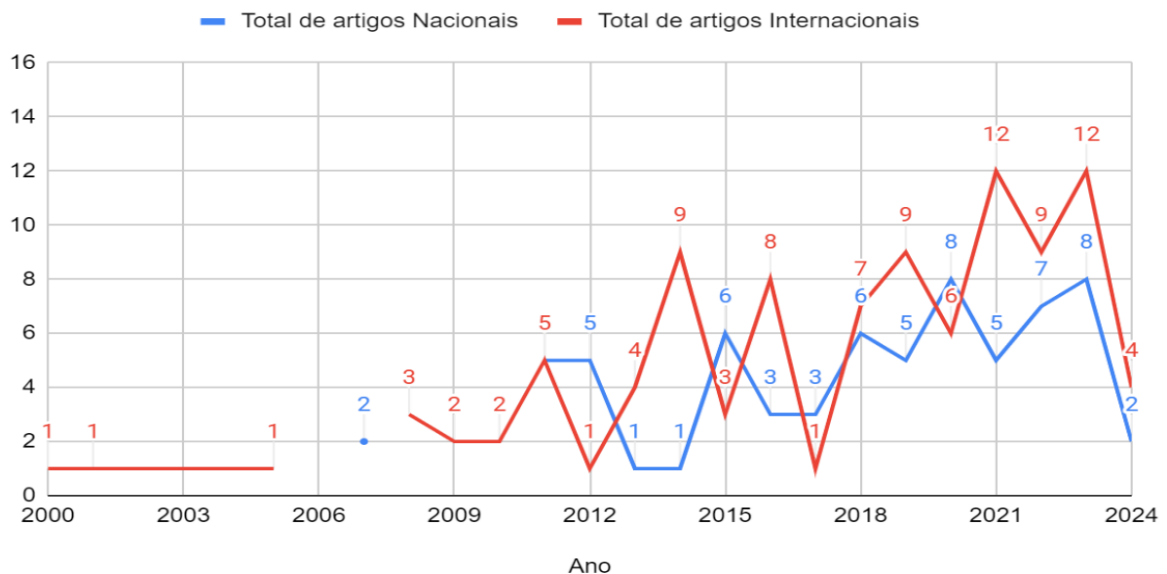
Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Somando-se à observância dos trabalhos recuperados por cada base de dados, é fundamental direcionar a atenção para a dispersão temporal da produção científica. Conforme o Gráfico 2, o ano com maior número de registros é 2023, seguido pelos anos de 2021, 2022, 2020, 2019 e 2018 - um aumento considerável na produção científica sobre o tema é observado apenas a partir do ano de 2011. O registro em relação ao ano de 2024 é bastante inferior se comparado aos anos precedentes, contudo, é importante destacar que o presente levantamento foi realizado no mês de maio de 2024.

Gráfico 2 - dispersão temporal dos resultados recuperados

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

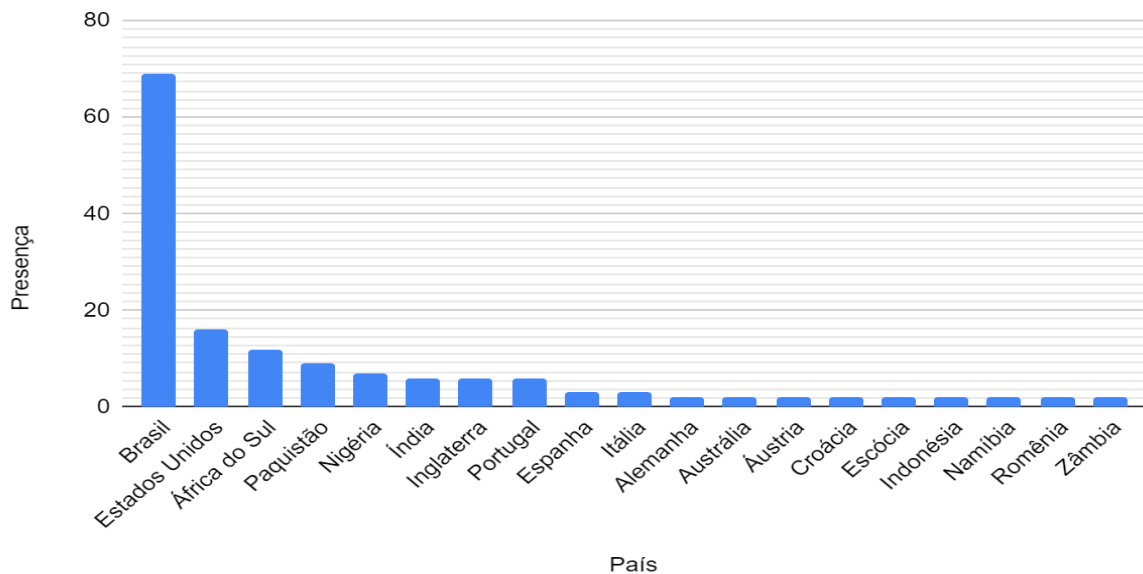
Acompanhando a análise do quantitativo das produções ao longo do tempo, o Gráfico 3 nos auxilia a observar a oscilação numérica de publicações recuperadas de bases de dados nacionais e internacionais. Pode-se notar uma constante evolução tanto de trabalhos recuperados pela Brapci, quanto pela Scopus, LISA e Web of Science, com a preponderância dos resultados vinculados às bases internacionais, mas com uma proporção bastante significativa de resultados recuperados Brapci ao longo do tempo (a título de exemplo, no ano de 2015 um terço das publicações encontram-se em território nacional e no ano de 2023 40% são brasileiras).

Gráfico 3 - Índice de publicações nacionais e internacionais

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Aprofundando esta questão, é bastante importante observar a dispersão geográfica das realizações das pesquisas (Gráfico 4). Em primeiro lugar, a premência do trabalho dos pesquisadores brasileiros, protagonistas absolutos na produção a respeito de Políticas de Preservação Digital, responsáveis por cerca de sete dezenas de trabalhos recuperados, índice próximo da metade da produção total. Com algum destaque, aparecem ainda as produções realizadas por pesquisadores dos Estados Unidos, África do Sul, Paquistão, Nigéria, Índia, Inglaterra e Portugal. Produções vinculadas à Espanha, Itália, Alemanha, Austrália, Áustria, China, Croácia, Escócia, Indonésia, Namíbia, Romênia e Zâmbia completam a lista de resultados, com menor expressão numérica. É interessante observar que o Brasil é o único país latinoamericano com produções recuperadas, enquanto os Estados Unidos são o único país da América do Norte. Os representantes europeus são dez, africanos são quatro e asiáticos são quatro.

Gráfico 4 - Presença dos países nas publicações indexadas nas bases de dados



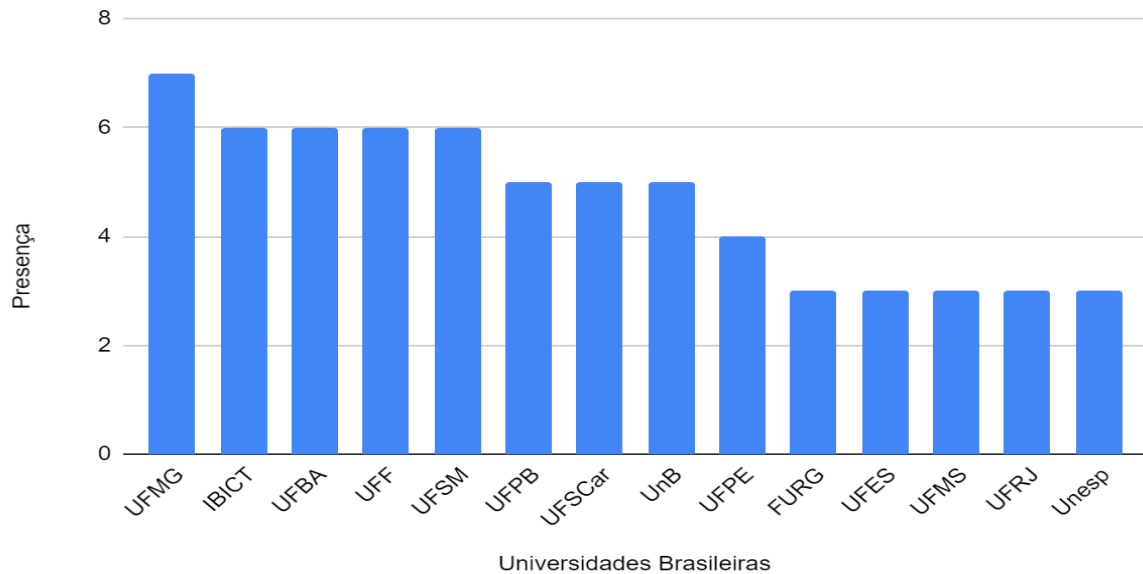
Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Concentrando-se nos resultados vinculados à produção científica brasileira em CI (o montante mais expressivo de resultados), é importante observar a dispersão da produção pelas universidades brasileiras - o centro de concentração da atividade de pesquisa no país. Uma ressalva importante antes de proceder à observação dos dados, é a de que pesquisadores no Brasil possuem trajetórias que envolvem diversas instituições de ensino superior durante seu itinerário de formação - muitos pesquisadores realizam mestrado e doutorado em instituições distintas, e passam a

desenvolver trabalhos em outras instituições durante a vida profissional, existindo ainda a possibilidade de desenvolvimento de atividades de pós-graduação com vínculo a outras instituições também em relação ao vínculo profissional docente. Esta ressalva é importante para sinalizar que na dinâmica de produção científica brasileira, diversas instituições de ensino desempenham papel em produtos de pesquisa.

Como podemos observar no Gráfico 5, apenas instituições públicas desenvolvem pesquisa sobre Políticas de Preservação Digital. Destas instituições, doze são universidades federais – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Bahia (UFBA), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Paraíba (UFPB), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) -, uma é universidade estadual – Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) - e uma é instituto de pesquisa vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo Federal (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT). Seis instituições estão localizadas no sudeste do Brasil (UFMG, UFF, UFSCar, UFES, UFRJ e Unesp), três na região nordeste (UFBA, UFPB e UFPE), duas na região sul (UFSM e FURG) e duas na região centro-oeste (UnB e UFMS). O IBICT possui vínculo tanto com o Distrito Federal, quanto com o Rio de Janeiro. Do total de quatorze instituições públicas envolvidas com pesquisas na área, apesar do equilíbrio geral de dispersão (sete produções na instituição mais vinculada e três com menor incidência), destaca-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com sete ocorrências e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com seis produções cada.

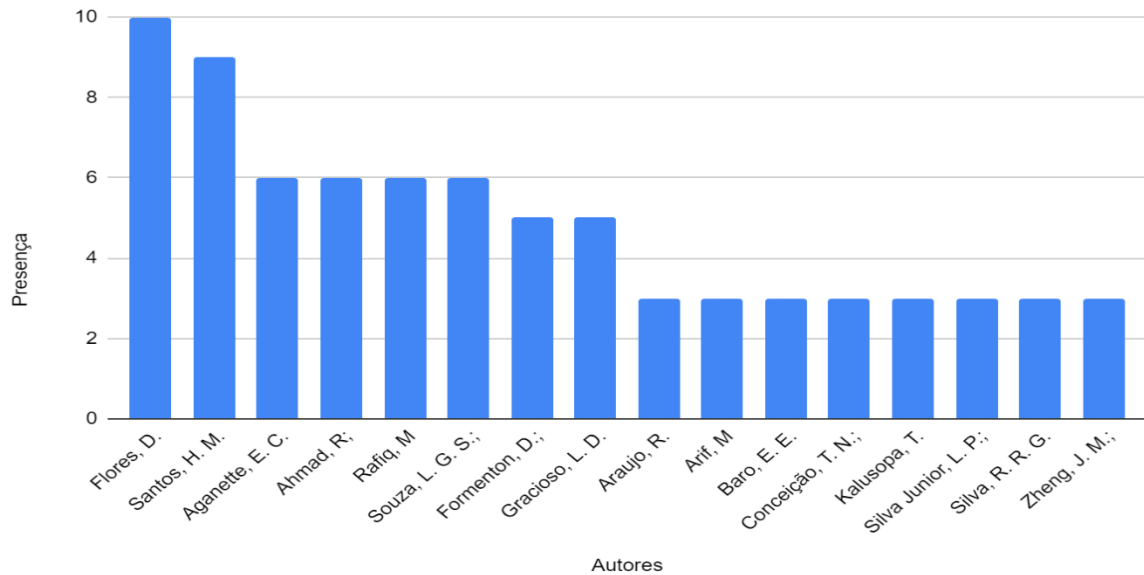
Afunilando a observação dos resultados por região, compreende-se que as instituições localizadas na região sudeste são responsáveis por 27 produções, na região nordeste por 15 produções, na região sul por 9 produções e na região centro-oeste por 8 produções. Novamente destacando a vinculação do IBICT com o Distrito Federal no centro-oeste e também com a região sudeste, somam-se mais seis produções.

Gráfico 5 - Presença das Universidades Brasileiras em relação à temática

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Ao dedicar o olhar para os índices vinculados a cada pesquisador em específico, observamos uma dispersão de produções bastante interessante (Gráfico 6). Observa-se um autor com 10 resultados, um com 9, quatro com 6, dois com 5 e oito com três, totalizando 77 aparições em trabalhos (importante destacar que este número não se refere a 77 trabalhos, já que alguns destes autores trabalham em coautoria). Dentre os principais autores com resultados recuperados, temos Flores (10), Santos (9), Aganette, Ahmad, Rafiq, e Souza (6).

Daniel Flores (atualmente docente na UFAL e na UFF), Henrique Machado Santos (mestre pela UFSM), Elisângela Aganette (atualmente docente pela UFMG) e Luciana Souza (doutora pela UFMG), destacam-se dentre os nomes mais recorrentes e são vinculados a instituições públicas brasileiras, enquanto Ahmad e Rafiq (nomes também com destaque no gráfico) são vinculados a Universidades paquistanesas - respectivamente, *Bacha Khan University* e *University of the Punjab*.

Gráfico 6 - Autores que aparecem no mínimo três vezes nos resultados

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Ao trabalhar com a quantidade de itens levantados (um corpo de trabalhos consideravelmente sólido, contabilizando 166 publicações), pode-se notar o peso da contribuição de pesquisadores e pesquisadoras brasileiros e brasileiras para as discussões ligadas às Políticas de Preservação Digital. Se o tema é relevante e urgente, conforme argumentam Márdero Arellano (2004) e Innarelli (2011), importa perceber a evolução das publicações e a posição estratégica da pesquisa brasileira no campo, colocando-se como importante referência. Além disso, vale destacar o peso e importância das instituições públicas de pesquisa no desenvolvimento de tecnologia e ciência, já que não pode-se identificar nenhuma produção brasileira vinculada a qualquer instituição privada de fomento - todas as ocorrências remontam a instituições públicas (em sua maioria, Universidades), com a operacionalização realizada por Docentes e pesquisadores de pós-graduação.

gráfica da expansão absoluta da produção de trabalhos acadêmicos de 2011 em diante, com ênfase nos últimos seis anos. É significativo, nesse sentido, o surgimento da Revista Brasileira de Preservação Digital (RBPD) no ano de 2020, adensando a especialização e preocupação com a temática na academia. Se o maior número de publicações veio a se realizar apenas nos últimos anos, com uma literatura em franca expansão, corrobora-se a ideia de que há ainda muito caminho a ser trilhado frente às poucas publicações realizadas nos anos anteriores.

A problemática das Políticas de Preservação Digital advém de problemas ligados à raiz e natureza das questões de preservação digital, já que conforme explicam Thomaz e Soares (2004), o fundamental reside na natureza destes objetos, que diferente do mundo analógico, precisam de combinações específicas de *hardware* e *software* para sua acessibilidade. Frente às dificuldades características do problema, é animador observar o aumento da produção científica a respeito da temática e, principalmente, a pujança da produção científica brasileira, que aparece como uma das protagonistas observadas no estudo. Além disso, frisa-se o caráter fundamental das instituições públicas quando o assunto é desenvolvimento científico e tecnológico, já que em se tratando de um tema fulcral para o tempo presente, como o abordado neste trabalho, sem o qual é impossível pensar na transmissão cultural e no legado informacional da humanidade, foi identificada a presença demarcada das Universidades Federais e Institutos Públicos na realização de pesquisa.

O principal intuito da pesquisa em questão, consiste em fomentar mais mapeamentos em torno da temática da preservação digital, seja afunilando mais bases de dados e palavras-chave, seja esmiuçando aspectos mais específicos, como tipos de softwares, tipos de armazenamento (como por exemplo os *cloud services*), tipos de padrões de metadados, tipos de modelos de referência, tipos de políticas de preservação empregadas pelas mais distintas unidades de informação, principalmente por bibliotecas públicas e universitárias etc. Vale ressaltar que a problemática da obsolescência tecnológica no ambiente digital é contínua e constante, em razão desta complexidade ser cada vez mais sentida pela sociedade e pelas organizações, incluindo a comunidade científica, as publicações a respeito de preservação digital estão aumentando consideravelmente, movimento sentido no Brasil, de forma acentuada, na área de CI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. L.; NASCIMENTO, G. B. Considerações sobre a preservação de documentos em formato digital. **Biblionline**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 22- 27, jul./dez. 2011.

BUFREM, L. S.; COSTA, F. D. O.; GABRIEL JUNIOR, R. F.; PINTO, J. S. P. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010.

CONSELHO Nacional de Arquivos (Brasil). **e-ARQ Brasil**: modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/downloads_e_ARQ.pdf. Acesso em: 07 jun. 2024.

DECMAN, M.; VINTAR, M. A possible solution for digital preservation of egovernment: A centralised repository within a cloud computing framework. *In: Aslib Proceedings: new information perspectives*. Emerald Group Publishing Limited, 2013. p. 406-424.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4. ed. Belo Horizonte: Atlas, 2002.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [S. l.], v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

INNARELLI, H. C. Preservação digital: a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação e da cultura. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 8, n. 2, p.72-87, 2011.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. M. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 354 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p.15-27, 2004.

MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SODRÉ, R. S. Preservação Digital e os profissionais da informação. **Datagramazero**: Revista Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 5, out. 2006.

RABINOVICI-COHEN, S.; MARBERG, J.; NAGIN, K.; PEASE, D. PDS cloud: long term digital preservation in the cloud. In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CLOUD ENGINEERING, 6., 2013, Santa Clara, California. **Proceedings [...]** Santa Clara, California: IEEE, 2013. p. 38-45.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Novos rumos da preservação digital: das estratégias aos sistemas informatizados. **Biblios**, [S. l.], n. 70, p. 31-43, 2018. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/326/326>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos. **Perspectiva Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 197-217, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/s5JqMw9Mkk3VVgKpCK7GRZC/?lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SANTOS-D'AMORIM, K. I.; CRUZ, R. W. R; SILVA, M. L.; CORREIA, A. E. G. C. Dos dados ao conhecimento: tendências da produção científica sobre Big Data na Ciência da Informação no Brasil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e70527>. Acesso em 07 jun. 2024.

SAYÃO, L. F. Conservação de documentos eletrônicos. *In*: GRANATO, M.; ROCHA, C. R. A.; SANTOS, C. P. (org.). **MastColloquia**, [S. l.], v. 9: conservação de acervos. Rio de Janeiro: MAST, 2007.

SAYÃO, L.F.; SALES, L. F. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1493879494?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true&sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SOUZA, L. G. S.; AGANETTE, E. C. A preservação digital em longo prazo amparada por planos de ações uma revisão sistemática de literatura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, p. e020027, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/VdWFSD53g5qdCH78zXbnNdK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2024.

TAUIL, J. C. S. **Metadados de preservação em Cloud Services**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10496>. Acesso em: 01 jun. 2024.

TENNIS, J. Two Axes of Domains for Domain Analysis. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003.

THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J. A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information system (OAIS). **Datagramazero: Revista de Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-17, 2004.

WITTEK, P.; DARÁNYI, S. Digital preservation in grids and clouds: a middleware approach. **Journal of Grid Computing**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 133-149, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10723-012-9206-7>. Acesso em: 15 set. 2023.